CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE ESTADUAL DE ITAPEVA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18/06/2020

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte, em segunda chamada, às quatorze horas, de forma online, utilizando o programa virtual *Google Meet* foi realizado a 1ª Reunião Ordinária do Conselho e teve a participação dos seguintes integrantes do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Itapeva CC/PEVA - Presidente do Conselho Consultivo Sr. Paulo Carlos Grübler, Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas – DPMCC/DBIO/SEMA – Conselheiro Patrick Colombo, INSTITUTO CHICO MENDES Rafael Teixeira, CABM – Comando Ambiental da Brigada Militar Conselheiro 1º Sarg. Rogério de Quadros Teixeira, UFRGS - Conselheiro Andreas Kindel, ULBRA – Campus Torres – Conselheira Bruna Dionisio C. Rodrigues, COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATATLÂNTICA – Conselheiro Sr. Luís Rios de Moura Baptista, SINDICATO DOS PESCADORES DE TORRES/Colônia de Pescadores Z7 – Conselheiro Osvaldo Alves de Siqueira, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TORRES – Conselheiro José Carlos de Matos e a Sra. Daiana Hahn Justo, PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES/SMAURB – Conselheiro Rivaldo Raimundo da Silva, ASSOCIAÇÃO DOS SURFISTAS DE TORRES – AST Conselheiro Gustavo Lara Canella, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ITAPEVA – Conselheiro Rafael Frizzo, ONG ONDA VERDE – Conselheira Leonila Quartiero Ramos e a Conselheira Suplente Diandra Rosa Valentini, e também, participação do Chefe da Divisão de Unidades de Conservação da SEMA Sr. Luciano Kops, e dos servidores do PEVA/SEMA analista ambiental Biól. Danubia Pereira do Nascimento, os administrativos Ciro Silveira Trindade, Rejane Gonçalves Silva secretária do Conselho, Fabiana Pinto Bertuol, o Monitor Ambiental do PEVA – Vinícius Rocha de Morais e a estagiária Leilane Rosa da Silva. O Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, a disponibilidade de participação do encontro virtual (online), tendo em vista a necessidade de adaptação à nova rotina em virtude dos protocolos de distanciamento social, necessários pela pandemia causada pelo COVID-19. Na sequência abriu a pauta da 1ª reunião ordinária do CC/PEVA; foi colocada em discussão e deliberação da Ata referente à 4ª reunião ordinária do conselho, realizada em 28 de novembro de dois mil e dezenove, a qual foi aprovada na íntegra conforme encaminhada pelo e-mail. Paulo Carlos Grübler fez uma leitura dinâmica do regimento interno do Conselho, citou que reuniões virtuais não foram previstas no regimento, no entanto o próprio regimento enfatiza que casos omissos serão deliberados na forma usual deste plenário, ou seja, o presidente deve buscar o consenso, em não havendo consenso a tomada de decisão será através de maioria simples dos presentes da reunião, assim o plenário por consenso

deliberou em declarar válida esta reunião virtual do CC/PEVA que está sendo realizada nesta data, em persistindo a situação de calamidade pública em função do Covid-19 as demais reuniões, até que a situação se normalize, poderão ocorrer na forma virtual ou semi-virtual, podendo parte dos conselheiros estar na forma presencial o outros na forma virtual, dependendo a situação sanitária declarada pelas autoridades, informou que neste ano de 2020, excepcionalmente, serão realizadas três reuniões ordinárias do Conselho, sendo a primeira no dia de hoje, a segunda dia 24 de setembro e a terceira para dia 26 de novembro. Dando prosseguimento na reunião o Gestor da UC falou sobre a alteração da composição do Conselho, oficializada pela Portaria SEMA nº17/2020 alteração do inciso III da Portaria nº 36/2007 que criou o CC/PEVA, onde a Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleção Cientifica – DPMCC/DBIO passa a fazer parte como membro do Conselho, sendo o Biólogo Patrick Colombo, Conselheiro titular e o Biólogo, Luciano de Azevedo Moura Conselheiro suplente. Paulo falou sobre os encaminhamentos da última reunião; encaminhado Oficio 21/2019 a Secretaria de Turismo de Torres, reiterando a necessidade de atendimento do compromisso assumido pela SECTUR/Torres, em reunião do conselho gestor do PEVA, de enviar a proposta do Plano de Turismo de Torres, antes da deliberação final deste, a fim de que os conselheiros do PEVA, possam se manifestar e contribuir na construção de referido plano, e Ofício nº 02/2020 – CC/PEVA enviado ao Presidente do Conselho do Plano Diretor de Torres reiterando as manifestações anteriores no sentido de que a Gestão do PEVA seja incluído como membro efetivo do Conselho do Plano Diretor de Torres, até o momento não tivemos retorno do ofício enviado. Paulo Grübler relatou também que foi enviado aos Conselheiros cópia do Plano Municipal de Turismo de Torres, após este ter sido enviado pela Secretaria Municipal de Turismo de Torres, já foram recebidas as manifestações dos Conselheiros referente ao Plano Municipal de Turismo encaminhado anteriormente, foi elaborado a minuta do ofício incorporando no contexto essas manifestações, cuja minuta foi disponibilizado por e-mail a todos os conselheiros, foi ainda lida no plenário a minuta do oficio na integra pela Biól. Danubia Nascimento. Os Conselheiros manifestaram preocupação, pois pela divulgação feita pela Secretaria de Turismo o Plano já está pronto. Rafael Teixeira do ICMBIO disse que, de acordo com suas informações e em seu entendimento o plano foi finalizado, mas o que o Revis Ilha dos Lobos espera que tenha uma sessão no plano, mencionando mais as UCs do município para que seja possível maior interação entre o setor privado e as

possibilidades que existem de exploração nessas áreas de forma sustentável. O Conselheiro Andreas Kindel se manifestou dizendo que a minuta do oficio esta adequada a situação, o documento do Plano de Turismo de Torres tem omissões importantes, pois o Plano não reconhece dois produtos, e um deles é o Plano de Uso Público do Parque, que já tem um planejamento bem detalhado de como ele deve ser incorporado dentro de uma política municipal de Turismo. Por outro lado, vê aspectos interessantes; nas estratégias estão sendo reconhecidos os elementos paisagísticos e as áreas de valor natural e cultural como elementos fundamentais dentro dessa política. Disse ainda que as ações estão bastante genéricas, pois estão baseadas numa avaliação de cenário extremamente frágil; porque se concentra numa direção de prazo relativamente curto – justificado no plano que é o impacto da COVID-19 – com isso, se presume que não terá a mesma intensidade ao longo dos meses ou anos. E, por outro lado, o Plano de Turismo levanta alguns pontos fantasiosos, cenários que não irão acontecer. Andreas salientou também, que o cenário é um aspecto fundamental para se construir uma política; fazer boas projeções do que se espera que irá acontecer, ou do que se espera construir. Porém, com tudo isso, temos que olhar a interface do Plano de Turismo com a Unidade de Conservação. Como encaminhamento foi deliberado e aprovado por unanimidade os termos da minuta do referido oficio, cujo documento é endereçado ao Secretaria Municipal de Turismo de Torres. Dando continuidade à reunião, o Gestor da UC PEVA, Paulo Grübler, comentou sobre a reunião que participou juntamente com o Diretor do Departamento de Biodiversidade da SEMA, Diego Mello, no Conselho do Plano Diretor de Torres, referente à publicação do Plano de Manejo do PEVA e suas intercorrências. Luciano Kops, também falando sobre a publicação do Plano de Manejo, disse que para ser um documento legal tem que se transformar em lei, que a publicação da ZA deve ser em documento igual à criação da UC. Então, como a própria poligonal do PEVA foi criada por decreto, daria prerrogativa para publicar a poligonal da ZA como decreto também. Mas, com tudo, a Secretaria definiu fazer a publicação do Plano de Manejo do PEVA através de Portaria, ou seja, serão instrumentos legais separados. Paulo Grübler disse, nesse sentido, que o Plano de Manejo foi revisado e houve alteração da poligonal da ZA – Zona de amortecimento, segundo o entendimento atual, teria que ser implantada pelo mesmo instrumento que criou a UC, como o PEVA foi criado por decreto – a poligonal da ZA deve ser publicada pelo mesmo status de criação da UC, sendo a publicação da

poligonal por decreto do Governo do Estado. Esclareceu que o regramento específico, dentro dessa poligonal poderá ser feito através de Portaria, e, que as alterações da poligonal foram consolidadas e aprovadas no âmbito do Conselho. Paulo fez uma atualização referente à situação da Regularização Fundiária da UC PEVA apresentou a proposta do Plano de Ação do Conselho Consultivo do PEVA, encaminhada por e-mail aos conselheiros para construção conjunta de forma virtual, estando esta aberta para contribuições dos Conselheiros. Uma das ações do Plano de ação do Conselho é elaborar um Plano Estratégico de implantação para o Plano de Uso Público do PEVA, mas com todas as incertezas que está passando o Estado, vamos esperar o governo definir a metodologia, ou como se dará as concessões referentes aos Planos de Uso Público em Unidades de Conservação. Paulo disse que o Plano de Ação também contempla a criação de um GT para trabalhar a questão dos carnívoros domésticos, que impactam o Parque, informou que está sendo feito pela equipe de fiscalização o monitoramento e o registro de animais de interesse para a conservação do PEVA, essas informações estão sendo lançadas numa planilha. Sobre isso, o Conselheiro Andreas sugeriu criar uma planilha para uso em smartphone gerando informações em tempo real, assim, as imagens, coordenadas e informações poderão ser implantadas em planilha única. O Conselho deliberou a favor da criação do Grupo de Trabalho (GT) no âmbito do Conselho com o objetivo de elaborar um projeto referente à situação dos Carnívoros Domésticos que impactam a conservação da biodiversidade do PEVA, definir diretrizes para o elaboração do Plano de Ação, foi estabelecido o prazo de seis meses a partir de sua instituição para a aprovação junto ao CC/PEVA. O Grupo de Trabalho será formado pela GESTÃO DO PEVA, DIVISÃO DE PESQUISAS E COLEÇÕES CIENTÍFICAS - DPMCC/DBIO/SEMA, UFRGS, INTITUTO CURICACA, ASSOCIAÇÃO DOS SURFISTAS DE TORRES e PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRES (SMAURB). Ainda sobre monitoramento de fauna, Paulo Grübler, comentou sobre os problemas que estão sendo enfrentados no momento, um deles é a falta de armadilhas fotográficas, estamos com apenas duas câmaras, já foi feito o pedido, este está dependendo destinação de recurso de Medidas Compensatórias - MC. Referente aos recursos de medidas compensatórias, Luciano Kops falou que foi colocado numa reunião da CECA uma MC que seria gerada através de uma linha de transmissão, sendo colocada nessa compensatória a demanda do Parque referente à retirada dos entulhos. Informou também que irá abrir mais uma compensatória

a qual provavelmente atingirá o Parque Itapeva, não diretamente, mas através da bacia do Rio Tramandaí, podendo ser destinada à compra das armadilhas fotográficas. Salientou, ainda, que há um interesse da Secretaria de criar um padrão de monitoramento de fauna para todas as UCs. Andreas salientou a importância de envolver a Divisão de Pesquisa da SEMA para orientar o programa de monitoramento da fauna silvestre, para definir o melhor desempenho em relação as perguntas a serem investigadas. Também referente ao monitoramento, o Conselheiro Rivaldo sugeriu uma demanda que é a questão do trânsito da fauna entre as UCs PEVA e a APA da Lagoa de Itapeva. Seguindo a pauta, a Conselheira Danubia apresentou o relatório das atividades do projeto verão 2019/2020, salientou o sucesso do projeto, principalmente pelo aporte de pessoal, Monitor Ambiental Vinícius Rocha de Moraes e estagiária Leilane Rosa da Silva. Danubia parabenizou ambos pelo profissionalismo o qual fez grande diferença no resultado final. Danubia comentou também sobre a Educação Ambiental em tempos de pandemia, onde o PEVA teve que se reinventar, reprogramar as atividades, por conta do distanciamento social. Surgiu a ideia dos *Contos do PEVA*, dando destaque ao trabalho da estagiária Leilane que, montou o layout, produziu os textos com auxílio dos colegas, sendo utilizadas as imagens do Jogo Educapeva, criadas por Jorge Hermann. O contos foram divulgados nas redes sociais do PEVA, sendo utilizados por escolas nas aulas online, e o PEVA teve o feedback muito positivo dos professores. Dando andamento à reunião o Chefe da DUC, Luciano Kops, colocou a questão do Uso Público do PEVA referente as concessões, disse que há interesse do Governo de se fazer concessões nas UCs, explicou que, no momento o foco é captar recursos através do BNDS e do BRDE, estamos trabalhando de duas formas; BNDS – através de um banco de Unidades de Conservação serão lançados todos juntos: o Tainhas, o Delta do Jacuí, o Turvo e o Jardim Botânico. Já no caso do BRDE prefere fazer uma modelagem de concessão por vez: dessa forma a primeira será a de Itapuã e a segunda modelagem de concessão será a do Parque Estadual de Itapeva. Disse, também, que é muito válido dar continuidade ao Plano de Uso Público do Parque, pois o Plano está muito bem elaborado. Se nós entrarmos nessa proposta de concessão será um trabalho a menos, pois já foram feitas as oficinas com a participação da comunidade, oficinas de participação do Conselho, ou seja, já existe um trabalho em andamento. Disse, também, que ainda não se tem contrato com esses bancos, e, não há possibilidade, neste Governo, de conseguir executar uma

modelagem de concessão para o Parque Itapeva. O Conselheiro Rivaldo perguntou se esse pacote de UCs não dificultaria ainda mais os trabalhos. Luciano Kops respondeu que pode dificultar, mas ele se tornaria mais barato, pois algumas avaliações são iguais para as UCs. A princípio vamos trabalhar com a ideia do pacote. Comentou que se pensarmos qual a UC está mais preparada, com certeza é Itapeva; está com o Plano de Manejo atualizado, já tem um Plano de Uso Público, tem um Conselho bem articulado, seria sem dúvidas o Parque mais bem preparado. Com tudo, todavia, querendo ou não, a concessão tem o aspecto financeiro, e, Itapeva tem a questão sazonal como não sendo tão atrativa. O Conselheiro Gustavo Canella comentou que a Regularização Fundiária é uma questão importantíssima para que se faça uma concessão e que a UC PEVA está com mais de 90% da área Regularizada. Luciano Kops disse que a RF é um ponto chave na questão de concessões, e que o Plano Estratégico de Regularização Fundiária do Parque Estadual de Itapeva é exemplar. Ainda sobre concessões, o Conselheiro professor Baptista comentou que não está previsto que uma Unidade de Conservação de proteção integral de lucro, pois os recursos naturais não são objetos de comércio, estão ali para serem conservados e conhecidos. Respondendo ao professor, Luciano Kops disse que o propósito não é a lucratividade, o lucro não é a proposta do Estado. Tanto que a modelagem na questão financeira é abordada – qual é o investimento de quem fará a concessão terá que aplicar dentro da UC, quais serviços que vai fazer uso e por quantos anos se dará a concessão – essas perguntas terão respondido e o lucro não é para o Estado, e, claro que a empresa que assumir essa concessão tem que ter um equilíbrio. Seguindo a pauta, Paulo Grübler falou sobre o Plano de Ação de Fiscalização do PEVA que é uma das áreas temáticas do Plano de Manejo. É uma descrição das atividades e responsabilidades diárias dos Guardas-Parque, transformar os registros de campo em dados. Informou que, por ocasião pandemia do COVID-19, a logística do trabalho dos Guardas foi alterada; um guarda-parque fica na sede fazendo serviço interno e os outros cada um sai em um veículo para a ronda de fiscalização. São feitos relatórios diários onde são lançadas todas as informações, as ocorrências ambientais quando identificadas, dependendo da ocorrência, cada uma tem o seu desfecho, podendo gerar auto de constatação ou encaminhamento a quem for de competência, além de outras atividades contempladas no Plano de fiscalização. Paulo Grübler salientou a importância do trabalho dos Guardas-Parque, além das trilhas à pé, o manejo de espécies exóticas, atuam na

fiscalização dos limites da poligonal, onde estão os marcos topográficos, fazem observação da existência de vestígios de fauna, fazem observações e registros de fauna doméstica e observação de outros animais que vivem nos arredores e causam danos no interior da UC. Em assuntos gerais Paulo Grübler comentou que o Estado está sendo cobrado para retirar os entulhos de dentro da UC, pois é uma questão de saúde pública, a cobrança está via judicial, da Vigilância sanitária do Município por ocasião de focos do mosquito da dengue. Informou que, foi destinado recursos de recursos de medidas compensatórias para a remoção dos entulhos de dentro da UC e implantação de cerca em pontos críticos da UC, estamos elaborando os Termos de Referência - TRs e vamos contratar uma empresa para fazer a remoção dos entulhos, e a colocação de cercas nas partes mais críticas, ações que contribuirão muito, principalmente, na redução de animais domésticos dentro da Unidade de Conservação. Nada mais foi tratado, encerrou-se a reunião às dezessete horas. Eu, Rejane Gonçalves Silva, lavrei a presente ata que vai assinada por esta secretária e o Presidente Sr. Paulo Carlos Grübler.

Paulo Carlos Grübler
Presidente do Conselho
Parque Estadual de Itapeva

Rejane Gonçalves Silva
Secretária do Conselho
Parque Estadual de Itapeva